COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 555, DE 2012. (MENSAGEM N.º 525/2011)

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.

Autora: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Relator: Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

I – RELATÓRIO

O projeto de decreto legislativo acima ementado, elaborado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a partir de Mensagem n.º 525/2011, do Poder Executivo, visa a submeter à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Adicional que altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.

A proposição dispõe, ainda, que quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo serão objeto de consideração pelo Congresso Nacional, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

O projeto de decreto legislativo em comento, que tramita em regime de urgência e sujeito à apreciação do Plenário, foi submetido, nos termos regimentais, à Comissão de Segurança Social e Família, para juízo de mérito, e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para o exame de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e redacional, ocasião em que não recebeu emenda.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Quanto às preliminares de admissibilidade, merece registro que o projeto de decreto legislativo em epígrafe observa as exigências constitucionais, jurídicas e regimentais para o seu regular processamento, juízo que, nos termos dos art. 54, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, incumbe, privativa e terminativamente, a esta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Consoante o art. 109, II, também do Estatuto Regimental, a proposição em exame destina-se a regular matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo, sem a sanção do Presidente da República.

Vale dizer, pois, que a iniciativa legislativa sobre elas compete a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, quando não seja da esfera da respectiva Mesa.

Ademais, o presente decreto legislativo observa o estatuído pelo art. 49, I, da Carta Política brasileira, que estabelece a competência privativa do Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

É de se consignar, ainda, que o Acordo a que este decreto legislativo se refere está em perfeita harmonia com os princípios e

regras constitucionais que regem as relações internacionais brasileiras, especialmente no que respeita à cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, previsto no inciso IX do art. 4º da Carta Política pátria.

Tanto assim que, mesmo repetitivamente, a nosso ver, registra a obrigatoriedade da submissão ao Congresso Nacional de quaisquer alterações no ato internacional passíveis de prejudicar o nosso patrimônio.

Portanto, além de não entrar em conflito com quaisquer disposições da Constituição da República, o projeto apresenta perfeita sintonia com o ordenamento infraconstitucional vigente. Vê-se, pois, que demonstradas estão a sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Quanto à técnica legislativa e redacional, a proposição também não está a merecer reparos, tendo em vista que se apresenta em perfeita consonância com a disciplina cogente da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 2001, que *“dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis”*.

Em face do acima exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo n.º 555, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2.012.

Deputado PASTOR MARCO FELICIANO

Relator